

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCS): UMA NOVA ALTERNATIVA?

Layanne Alencar de Lima e Silva ¹
Diego Nathan do Nascimento Souza ²
Ramiro Valera Gustavo Camacho ³

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) está proposto pela Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 4 de fevereiro de 2010 e prevê a garantia, sobretudo, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a liberdade contra a fome (BRASIL, 2017). Porém, ainda que o país detenha políticas tais como esta, além de várias outras que tratam desta diretriz, estando também comprometido com a Agenda 2030 proposta pela ONU, o quadro da fome e da SAN não parece regredir, tendo a possibilidade de retornar ao ‘mapa da fome’ apontado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A Agenda 2030, conforme a ONU (2015), consiste em uma série de metas, tendo como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 2 o título “Fome zero e agricultura sustentável”, trazendo consigo uma temática imprescindível, vislumbrando um cenário em que a fome acomete cerca de 820 milhões de pessoas no mundo (FAO, 2019). Para além disso, existe uma questão pertinente também para quem não se enquadra nesses números; as modificações no cenário alimentar provocadas por vários fatores, desde a expansão urbana quanto a ascensão feminina no mercado de trabalho, contribuem para a difusão crescente de produtos alimentícios industrializados, promovendo um quadro de dietas piores, consequentemente gerando o aumento de doenças crônicas, conforme elenca Lira (2008).

Segundo Kinupp e Lorenzi (2014), apesar da fome, há uma produção de alimentos que supera a necessidade mundial, e a nível nacional, ainda que o Brasil seja detentor da maior biodiversidade, basicamente 90% da alimentação advém de 20 espécies de plantas, além de 52% da composição alimentar ser formada por insumos estrangeiros, de origem euroasiática, demonstrando a secundarização de espécies nativas. Isso promove uma alimentação pouco diversa, principalmente no tocante de que, com uma gama de espécies com potencial alimentício disponíveis que outrora compuseram os pratos, principalmente em comunidades tradicionais e zonas rurais, são esquecidas e substituídas por plantas que na atualidade são tidas como convencionais, sendo comercializadas em larga escala.

Então, essa nova dieta homóloga fomenta um negligenciamento com inúmeras plantas que desfrutam de um potencial nutricional, principalmente espécies que têm a capacidade de se desenvolver sem demandar de tantos recursos, se comparadas com algumas domesticadas e do cotidiano necessitam de inúmeros elementos não somente naturais, mas também químicos; estas compõem o ciclo do agronegócio, por exemplo.

Compreendendo que produtos alimentícios industrializados, sobretudo os ultraprocessados, não são capazes de garantir a SAN, nem tampouco produzir uma alimentação variada e repleta de uma quantidade significativa frente a biodiversidade que a natureza dispõe,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, layanneals2@gmail.com

² Doutor em Botânica, docente do Departamento de Ciências Biológicas – DECB, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – *Campus Central*, diegosouza@uern.br.

³ Doutor em Ciências, docente do Departamento de Ciências Biológicas – DECB, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – *Campus Central*, ramirogustavo@uern.br
Órgão financiador – CAPES

surge uma nova perspectiva, que são as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), como uma alternativa sustentável e complementar. Essas plantas muitas vezes são consideradas como ‘matos’ ou ‘invasoras’ e podem ser espontâneas, nativas, cultivadas ou silvestres, possuindo uma ou mais partes comíveis, tais como folhas, frutos, raízes, caules, sementes, entre outros. Assim, as PANCs podem estar disponíveis tanto no cenário urbano, quanto rural; todavia ainda há um descuido por meio do poder público na valorização destas (KINUPP e LORENZI, 2014).

Em uma conjuntura de mudanças climáticas, pensar a alimentação e sua distribuição demanda atenção e cuidado. Com os modelos que vem se difundindo desde a Revolução Verde, a agricultura se utiliza de muitos recursos, sendo utilizado, conforme a FAO (2017), 70% do consumo mundial dos recursos hídricos disponíveis apenas para este fim; além de outras demandas que essa produção requer, como espaço terrestre e uma quantidade significativa de agrotóxicos, propostas pelas grandes corporações.

Pensando em tudo que foi elencado, o Brasil tem condições de melhorar o consumo alimentar também não somente por necessidade, diante de um cenário onde mudanças climáticas são reais, mas também por uma questão de qualidade de vida, uma vez que cada vez mais tem crescido o consumo de ultraprocessados. Pensando a nível de regiões, o Nordeste parece ser a principal afetado tanto no tocante alimentar, quanto pelas mudanças climáticas, sendo mais susceptível a desertificação, em sua área que abriga o clima semiárido e o bioma caatinga, como elencam Santos e Aquino (2016).

Essa susceptibilidade a desertificação motivará também inúmeras problemáticas para além das quais já são vivenciadas nesta área, como a escassez hídrica, por exemplo, dificultando ainda mais a manutenção dos meios convencionais de produção alimentar, que demandam de recursos em larga escala. Todavia, essa região abriga uma série de espécies endêmicas que já são utilizadas como alimento para os animais em períodos de estiagem tais como o Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) e o Mandacaru (*Cereus jamacaru*), porém não para o consumo humano; apesar de já existir na literatura resquícios de que o fruto do juazeiro pode ser consumido, pois seu uso predominante é voltado para higiene pessoal (CAVALCANTI, 2011; SOUZA, 2015).

O exemplo destas plantas é apenas um recorte, a fim de motivar estudos, visto que a caatinga abriga inúmeras espécies características, que demonstram sua resiliência frente a condições climáticas que há tempos condicionam a fauna e a flora para sua permanência nesta. Assim, estas são referência da região, pela abundância e o aspecto visual, que se faz constante em toda a vegetação, possuindo particularidades ímpares que contribuem para sua resistência.

Mesmo diante da necessidade da utilização e divulgação do poder das PANCs, as mesmas ainda são pouco comentadas ou pesquisadas na literatura, principalmente relacionando-as às mudanças climáticas e a Agenda 2030, ainda que estas possam vir a ser a uma alternativa viável, desse modo, justifica-se fazer esse estudo como forma de protagonizar esse debate e fomentar o discurso entre acadêmicos e o poder público; salientando que comer é um ato político e perpassa por várias diretrizes que são relacionadas.

Portanto, o objetivo geral deste estudo foi explanar o cenário alimentar e a fome, em relação as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), relacionando-os com a Agenda 2030 e as mudanças climáticas. Objetivando especificamente 1) elencar as PANCs como alternativas frente a expansão de insumos industrializados e uma possibilidade vislumbrando um cenário de mudanças climáticas; 2) fazer um levantamento dessas temáticas de forma coletiva e individual em plataformas *online*.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho esteve pautado em uma revisão de literatura, buscando relacionar conceitos tais como a fome, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e as PANCs, relacionando-as e observando o cenário de mudanças climáticas.

A busca foi realizada por meio de pesquisas na plataforma do Google Acadêmico utilizando os termos “Plantas Alimentícias Não Convencionais”, “Mudanças Climáticas” e “Agenda 2030”, de forma individual, entre duas palavras-chave e de forma coletiva; para facilitar a identificação neste trabalho consideramos a numeração 1, 2 e 3 em sequência conforme os termos supracitados, respectivamente. Além de tais procuras, também se buscou pela sigla “PANCs”, de modo a entender se esta palavra é menos ou mais utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a primeira busca individual utilizando o termo 1 foram encontrados 981 resultados, seguindo por 96.600 para 2 e 25.000 para 3. Pesquisando de forma em que dois termos são colocados juntos, 1 e 2, 1 e 3, e por fim, 2 e 3, tivemos 109, 26 e 1.200 trabalhos. Por fim, utilizando essas três palavras-chave, visualizamos um total de apenas 7 trabalhos envolvendo estas temáticas.

Isso demonstra que, apesar da terminologia PANC ser recente, estando na literatura só então a partir de 2014, já existe uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos que colocam em pauta essa temática; no entanto, quando há uma busca conjugada utilizando 1 + 2 e 1 + 3, o que se obtém é um número ínfimo diante de demandas extremamente importantes a serem levantadas de forma conjunta.

Ademais, quanto a busca pela sigla, há um resultado divergente que totaliza 1.820, o que não condiz com a realidade, visto que visualizando as pesquisas dispostas, existe uma vasta quantidade de trabalhos em inglês que tratam de outras áreas, podendo este ser um pseudo resultado, haja vista que este termo foi algo proposto para o Brasil e a sigla em outro idioma não seria a mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com os termos de forma conjunta demonstra que essa relação ainda demanda de mais estudos, viabilizando o consumo destas plantas na intenção de modificar o cenário atroz que já é uma realidade. Relacionando a ODS número dois com os principais conceitos tratados neste trabalho, tais como fome, SAN e PANCs, a percepção de que são elementos que podem se integrar e sanar problemáticas é nítida, todavia, não efetivada.

Isso demonstra que o cumprimento da ODS número dois se distancia de atingir a meta, com os números crescentes da fome a nível mundial, refletindo também nos âmbitos federal, regional e local. Para o cenário regional, tratando-se do Nordeste, essa meta parece ser ainda mais distante, embora disponha de recursos naturais – PANCs – que podem vir corroborar com a ODS. Por fim, é necessário que a academia se manifeste e proponha estudos que relacione esses elementos, como soluções viáveis e sustentáveis para cumprir com a Agenda 2030, contribuindo com a SAN e uma melhoria de vida a nível mundial.

Palavras-chave: Agenda 2030, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em <
<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 27/06/2018.

BRASIL. **Direito Humano à Alimentação Adequada.** In.: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República. Publicado em 29/05/2017. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos/direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso em 18/06/2019.

CAVALCANTI, Mônica Tejo; SILVEIRA, Daniel Casimiro da; FLORENCIO, Isanna Menezes; FEITOSA, Valter Araújo; ELLER, Sara Caroline Werner de S. **Obtenção da farinha do fruto do juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.) e caracterização físico-química.** REVISTA VERDE DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GRUPO VERDE DE AGRICULTURA ALTERNATIVA (GVAA), Mossoró – RN, v.6, n.1, p. 220 – 224. 2011.

FAO. **Agricultura Irrigada Sustentável no Brasil: Identificação de Áreas Prioritárias.** Editores: José Roberto Borghetti, Washington L. C. Silva, Helder Rafael Nocko, Luís Nicolas Loyola, Gustavo Kauark Chianca – Brasília, 243p, 2017.

FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo: protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía.** FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. Roma, 2019.

KINUPP, Valdely Ferreira; LORENZI, Harri. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: Guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas.** São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

LIRA, Cristiane Martins de. **Prevenção de doenças crônicas.** In.: Saúde Natural: a Natureza a seu favor: medicina alternativa. São Paulo: DCL, p. 414 a 421, 2008.

SANTOS, Francílio de Amorim dos; AQUINO, Cláudia Maria Sabóia de. **Panorama da desertificação do Nordeste do Brasil: características e susceptibilidades.** InterEspaço, Grajaú/MA, v. 2, n. 7, p. 144-161, set./dez. 2016.

SOUZA, Julyana de Sena Rodrigues. **Caracterização bromatológica de espécies com potencial forrageiro disponíveis para ruminantes no semiárido.** Dissertação de Mestrado (Ciência Animal e Pastagens) – Programa de Pós-graduação em Ciência Animal e Pastagens. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns – PE, 2015.